Análise de Conjuntura – Setembro de 2011

- Não é documento oficial da CNBB -

Apresentação

A Análise de Conjuntura traz uma comparação entre a Crise Financeira Internacional de 2008 e suas repercussões atuais na Europa, com a Crise Mundial de 1929, delimitando semelhanças e diferenças, numa perspectiva crítica de compressão e de busca de saídas. Em seguida, aprofunda elementos decorrentes dos ataques terroristas aos Estados Unidos realizados em 11 de setembro de 2001, dez anos depois do fato. Ocupa-se, na sequência, da chamada "primavera árabe", referindo-se às intensas manifestações por democracia nos países do Oriente Médio e do Norte da África. Conclui a Análise internacional, questionando-se a construção em solo africano de hidrelétricas, que revelam um modelo de desenvolvimento que não inclui a população extremamente pobre daqueles países.

No âmbito nacional, faz referência ao Mapa das Religiões, trazendo informações sobre a realidade de pertencimento às religiões no país e suas tendências. Menciona em seguida o debate sobre a luta contra corrupção no país e suas injunções relativas á formação social histórica da política no país e a situação atual de ameaça à efetividade da Lei da Ficha Limpa. Reflete sobre o comportamento da grande mídia brasileira e acena para a necessidade da criação de um marco regulatório para o setor na perspectiva de sua democratização.

Na perspectiva dos movimentos sociais toca no tema das violências urbana e no campo, como reveladoras da ausência do Estado brasileiro e das limitadas respostas existentes em nível nacional. Traz ainda questionamento sobre o processo de preparação da Copa do Mundo de 2014 a ser realizada no Brasil, principalmente no que tange à ausência de controle social sobre os investimentos públicos a serem realizados. Saúda o Plano Brasil sem miséria, colocando como imprescindível o compromisso das esferas do Estado brasileiro e a participação da sociedade civil, principalmente das Igrejas para a realização de seu objetivo.

Finalmente apresenta notícias do Congresso Nacional, iniciando pelo debate, agora no Senado, sobre o Código Florestal e as possibilidades de incentivos econômicos à preservação de APP. O estabelecimento de um calendário para votação da Reforma Política na Câmara dos Deputados. A tramitação de projetos contra a corrupção no Congresso Nacional. Uma nova menção ao tema da comunicação, com vista à reativação do Conselho de Comunicação Social. A situação da votação da Emenda 29 que garante recursos para saúde pública e a apresentação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, como parte das metas para o Plano Brasil sem Miséria que ocorreu no Congresso Nacional. Na sua conclusão menciona as dificuldades que o projeto de lei que cria a Comissão da Verdade tem encontrado para sua aprovação pelos parlamentares.

1. Internacional

A crise financeira europeia

Pode-se discutir se a crise financeira europeia atual é "uma recaída" ou "o reverso da medalha" daquela de 2008 ou quem sabe, "a de 2008" que não conclui seu ciclo arrasador. Em todo o caso, há semelhanças e diferenças com relação à crise mundial de 1929.

A principal semelhança é a de uma forte retração da economia em nível global, após expansão que não teve como se sustentar. A diferença é que a profundidade e a rapidez das interligações por cima das fronteiras nacionais são muito maiores agora e menor o poder dos Estados nacionais de

intervirem, disciplinando o mercado. Ainda mais porque são precisamente os governos que mais estão em apuros, quando em 2008 – e em 1929 – eram os bancos e empresas.

A lenta e gradual volta à estabilidade e ao crescimento após 1929 se deveu (mesmo com uma guerra no meio) a instituições públicas criadas em toda a parte com poder e missão de monitorar o setor financeiro nacional e limitar a capacidade deste de gerar liquidez em ritmo muito acima da capacidade produtiva real da economia.

Junto com isto – diferença decisiva - há o crescimento das empresas, sua diversificação interna (em termos de setores produtivos e de interligação de processos) e a hegemonia das unidades financeiras em tudo, dentro delas.

Para compreender a crise, ajuda entender que para lá dos nomes com carga ideológica como "capitalismo" e "socialismo" há traços neste capitalismo monopolista hodierno que encontram mais similares na economia centralmente planejada do que da economia de mercado das muitas pequenas unidades concorrenciais do capitalismo nascente; com esta diferença que a economia centralmente planejada precisamente era de grandes decisões fundadas num planejamento central e que podiam ser mais ou menos eficientes conforme o grau de burocratização do sistema, mas em princípio sujeitas à correção política. No atual capitalismo monopolista há planejamentos paralelos e macro-decisões paralelas sem compromisso algum com o conjunto. Não há o que possa coordenar os diversos conglomerados e "corrigir" os efeitos da soma de sua macro-decisões.

Ora, o que aconteceu na Europa se pode resumir (de forma brutalmente esquemática, mas que ajuda a compreensão) como se segue. Num primeiro momento o "mercado" (ou seja, o agregado das grandes empresas controladas por bancos) via chances de aumentos de lucros estimulando as economias em cada país da União Europeia: a produção, o emprego, e o consumo. Ora, os governos nacionais sabem como se fazem políticas macroeconômicas para isto. Convenientemente, as empresas de avaliação de risco de investimentos davam nota alta a quem fazia o dever de casa, de fazer crescer o investimento público e privado, o consumo, a produção e o emprego. Era papel dos estados-nações bancarem o crescimento.

Com isto, a situação material de parte das populações melhorou, novas chances de emprego surgiram, aumentaram a seguridade social e os investimentos sociais. Quando as empresas avaliadoras do risco passaram a temer da capacidade dos governos de manterem este ritmo, começaram a dar notas pessimistas. John Galbraith a respeito da crise de 1929 observava que para suas populações, em comparação com os economistas modernos, a vantagem dos sacerdotes egípcios e caldeus que previam o tempo, era que suas previsões não afetavam o tempo como as dos economistas influem no investimento e emprego.

Pois num momento seguinte, nos últimos anos, a pressão para "dopar" as economias passou bastante rápida e drasticamente para a exigência de "sedá-las". Os gastos dos governos tinham que se reduzir. Atenção: os gastos de todos – mais, ou menos - mas todos ao mesmo tempo, com o que se encolhiam a demandas mútuas. Os governos - que recolhiam menos impostos de suas economias desaceleradas - tinham de obter à força resultados fiscais mais "seguros" do que no passado imediato. Fácil de compreender as reações dos povos atingidos, cuja situação social não só parava de melhorar, mas regredia. Esta situação é percebida, assim, como pior do que antes. Um problema fundamental, neste caso, é a economia ser vista como um fim, em si mesma, para cujo sucesso, a vida dos povos é apenas um meio.

O que mudou com o 11/09/01 – dez anos depois.

Paradoxal e tragicamente, o sucesso de Bin Laden vai mais fundo do que parece (e parecia). Uma forma frequente de regressão histórica é aquela em que o vencedor aparente é absorvido pela lógica bárbara do vencido.

Sem desprezar os interesses econômicos (centralmente, petrolíferos) da reação dos Estados Unidos sob Bush II, assistiu-se a uma reprise da mobilização pelo medo e ressentimento, que um dia foi ovo de serpente do nazismo.

Nenhuma sociedade humana é perfeita e simplesmente o “Império do Bem”, mas certamente os Estados Unidos eram portadores de valores humanos e ideais a partir dos quais se podia inclusive criticar a própria realidade norte-americana. O século XX assistiu ao avanço dramático dos direitos civis dos negros, em que os Estados Unidos “ideais” conseguiram afinal, a duras penas, mas efetivamente, vencer os Estados Unidos “reais”. A fermentação por mais respeito à pessoa humana avançava, em temos de compreensão e de extensão. A resposta da liderança de Bush - que Obama não conseguiu retificar – foram leis radicais que arranharam a Constituição em termos das liberdades civis e (pior!) reverteram o progresso no respeito à pessoa humana.

Embora seu papel central venha declinando no mundo, os Estados Unidos continuam a influir – e muito. E o primado do medo e do ressentimento fez escola e ecoou na Europa, na linha da xenofobia que pode tomar tons delirantes, como no assassino norueguês, noticiada semanas atrás.

A primavera árabe

Foi uma surpresa. Ninguém a anunciou. A faísca brotou em Túnis em dezembro de 2010, antes de inflamar o Cairo. Em quase todos os países árabes, o descontentamento se expressou de formas diversas. No Egito os apelos a manifestar lançados pela internet multiplicam-se. Dia 14 de janeiro, o presidente Ben Ali foge de Túnis e o presidente Mubarak foge do Cairo a 11 de fevereiro. Levantamentos no Bahrein e no Iêmen são reprimidos com a ajuda da Arábia Saudita. Marrocos, Argélia, Líbano, todos os países são atingidos por essa onda de ira popular. Na Líbia e na Síria, o que era um grito não violento para a democracia se transformou em banho de sangue.

A rádio “Al Jazeera” bem conhecida no mundo árabe, ficou do lado dos rebeldes, tendo um papel importante na mobilização dos insurgidos.

A Líbia é o país com as maiores reservas de petróleo do mundo; estava totalmente controlado por Kadhafi, no poder a 42 anos (uma das mais longas ditaduras). Foi uma verdadeira guerra civil durante oito meses. Os países europeus e os EUA apoiaram a rebelião para garantir o acesso aos poços de ouro negro. O CNT (Conselho Nacional de Transição). Assumiu o poder, legalmente reconhecido por quase todos os países.

Na Síria, Bachar Al-Assad, está no poder desde 2000; sucedeu a seu pai, presidente durante 29 anos. Defender o seu país era também defender sua família, todo poderosa. Estima-se 2.600 mortos. À diferença da Líbia, o exército sírio está bem treinado para se defender dos seus vizinhos Líbano e Israel, e para defender a família Al-Assad. Há uma onda de contestação em todo o país, mas a insurreição não ameaça o regime ditatorial.

A Arábia Saudita tem um papel importante. Calada mas ativa. Define os interesses dos que ajudam a manter o regime real. Vendo a sua influência diminuir, apertou seu controle sobre os pequenos países (Emirados, Qatar, Bahrein...), impedindo qualquer evolução democrática.

Israel espreita pronta para intervir. Pouco lhe importa os regimes dos países vizinhos. Tem o apoio quase irrestrito dos EUA e da Europa. Seu exército é muito bem treinado. Controla o Golã, a faixa de Gaza e as colônias judias na Cisjordânia. Mais democracia deveria favorecer as negociações.

Como explicar essa rápida serie de acontecimentos? De onde vem e aonde vai? Vejamos algumas razões mais significativas.

À raiz das insurreições encontra-se um fator novo. Os jovens do mundo árabe, como no mundo todo, têm acesso aos meios de comunicação, celular e internet, em particular. Doravante é mais fácil comunicar entre eles, construir grupos de vida, ver filmes, ouvir músicas. Podem ver os programas e as emissões dos canais da Europa e dos EUA e Canadá, ver os modos e condições de vida. O acesso a tanta informação a mais sofisticada torna a juventude (15-30 anos) mais crítica e exigente. Como nos países ‘ricos’, os jovens reclamam mais democracia e participação. Há uma aspiração à liberdade, que se combina com o sonho de ter o acesso aos bens materiais e culturais, aos direitos políticos e sociais. Filha da mundialização, a juventude árabe acredita e sonha que outro mundo árabe é possível.

Os jovens muçulmanos sentem a diferença entre o mundo muçulmano e o mundo cristão? Como vivem o fato que aparentemente o Islã não se combina facilmente com a modernidade? O acesso a tantas reflexões e opiniões agudeza a consciência critica da sua identidade religiosa/cultural. Há um conflito virtual e real entre os valores do Islã e os valores da modernidade. A democracia e o lugar e o papel da mulher na sociedade são dois desafios centrais. Tinha muitas mulheres gritando forte nas manifestações.

Em alguns países, o crescimento demográfico é contínuo. Nos países sobrepovoados há levantamentos e conflitos entre grupos, raças e religiões, mais frequentes que em outros. A maioria dos países árabes é rica de recursos naturais (petróleo em particular), mas a pobreza e a miséria predominam nas cidades como no campo. O desemprego é imenso, mesmo entre pessoas com curso superior. Muitos arriscam sua vida para chegar à Europa.

Em guisa de conclusão, consideramos algumas questões quanto ao futuro. A primavera árabe aconteceu em alguns países de forma bem diferente. Ela surge de maneira espontânea ou por contágio. Não tem articulação prévia entre os eventos. Há numerosos atores em jogo: políticos, econômicos, internacionais, militares, religiosos, e os defensores de interesses escondidos. Fica às vezes difícil perceber quem defende o quê.

Quem vai assumir os novos espaços de poder e as responsabilidades políticas? Trata-se de construir uma estabilidade econômica e política. Outros conflitos ainda são possíveis para exigir o cumprimento das promessas (em particular de novas constituições). Os fundamentalistas muçulmanos ocupam o terreno e não querem perder a oportunidade de consolidar suas posições. Não há como ignorar a possibilidade de alguns governos serem mais teocracias que democracias. O sucesso da "*primavera*" depende da conquista da democracia, das liberdades e dos direitos políticos e sociais. A luta não acaba com a expulsão de alguns ditadores. A democracia é um longo e lento processo.

Rica em petróleo, a região é solicitada por interesses poderosos. Já apareceram alguns candidatos (Senhores Sarkosy e Cameron, por exemplo) para negociar a aquisição de reservas do "*ouro negro*".

Fundamentada nos valores dos direitos humanos e da modernidade, em particular a tolerância, a "*primavera*" pode ser mais uma oportunidade de maior diálogo entre o mundo árabe e o Cristianismo.

Matriz Energética e Fome na África: qual desenvolvimento? E para quem?

Devastadas por secas, mas, sobretudo por guerras, a Somália parece ter mergulhado no abismo. A ajuda internacional padronizada pelas Nações Unidas faz esquecer muitos outros países da África subsaariana que deixaram de ser notícias na imprensa internacional. Onde grandes corporações internacionais exploram riquezas naturais, resulta empobrecimento para a população. A miséria de muita gente resulta da dominação tecnológica, financeira e econômica. O caso da Uganda fica emblemático, pois evidencia como a matriz energética do desenvolvimento econômico causa pobreza e miséria.

Perto da capital ugandesa, está se construindo a represa de Bujagali que, em tese, vai permitir dobrar a produção elétrica com custo menor do kilowatt. Os promotores deste empreendimento anunciam um crescimento acelerado da economia, uma redução do uso da lenha para as necessidades domésticas. Mas o outro lado da moeda se revela bem diferente. Aumentar a produção de eletricidade não reduz o corte da madeira, pois o custo de energia fica cara demais para o conjunto da população que, em boa parte foi deslocada, exercendo pressão sobre o meio-ambiente.

As grandes represas não garantem o acesso à eletricidade (nem à água) para as camadas mais pobres e socialmente vulneráveis. Para isso acontecer, dever-se-ia reduzir a pobreza. A questão básica é saber quem está se beneficiando das represas. Não são aqueles que recebem compensações irrisórias como meios de subsistência. A Comissão Mundial das Represas, organismo criada sob iniciativa do Banco Mundial e da Organização Mundial para a Proteção do Meio-Ambiente estima que de 40 a 80

milhões de pessoas foram removidas em consequência da construção de represas, sofrendo, em não poucos casos, uma diminuição da segurança alimentar.

Num país emergente como o Brasil, as proporções na produção de energia hidroelétrica tomam grandezas estupendas. A produção da Hidroelétrica de Belo Monte será de 11.233 megawatts e de Bujagali será de 250 megawatts! O custo de Belo Monte oscila entre 11 e 16 bilhões de dólares, entretanto o custo de Bujagali é de 626 milhões de euros. A quantidade enorme de energia elétrica em Belo Monte vai servir para a extração da bauxita e sua transformação em alumínio. Neste quadro como tomar em consideração o respeito dos direitos das populações atingidas pelas barragens? Como garantir que processos de tomada de decisões sejam submetidos a acordos livres? Afinal de contas, a matriz energética está em favor de quem?

2. Brasil

Mapa das Religiões no Brasil: qual é a sua religião?

Até os anos 70, mais de 90% da população brasileira se declarava católica. Nas três décadas seguintes, acentuou-se a queda relativa dos católicos para 74% em 2000. Só no ano que vem o censo de 2010 será apurado. Projetando uma queda contínua de 1990 a 2010, pode se esperar, no caso de confirmação dessa queda, uma representação de 64 % de católicos sobre o conjunto populacional. Alguns autores sugiram que houve na última década, uma parada da queda relativa dos católicos, seguida de uma retomada da queda. Essa "parada" resultou mais de mudança de metodologia, pois as fontes não são necessariamente compatíveis entre elas. É preciso ter cuidado na comparação de dados dos Censos Demográficos com os das Pesquisas de Orçamentos Familiares. Só com a publicação dos resultados do último censo, ter-se-á mais clareza.

Se o catolicismo perde relativamente terreno, não param de crescer os Evangélicos, incluindo os históricos e pentecostais. Em 1890, era 1 % da população para atingir 5,2 % em 1970, 9 % em 1991 e numa subida acelerada seria 22 % em 2010. Algumas estimações falam para 2010 de 25 % de Evangélicos, número também a confirmar. Outro grupo que cresceu mais nestas últimas décadas é os "sem religiões", passando de 1 % em 1960 e 1970 a 7 % em 2000. As Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2003 e 2007 evidenciaram uma parada na ascensão dos "sem religiões", seguida de uma volta ascensional. Seja real ou resultando de mudança de metodologia?

O catolicismo é mais presente entre os pobres (classe E) e nas elites (classes A e B). Em termos regionais, os mais católicos são os nordestinos. Para todas as faixas etárias dos católicos houve diminuição relativa sobre o conjunto da população. Essa queda é mais significativa para as faixas mais jovens (de 10 a 19 anos) que para os grupos com idade mais avançada.

Se as mulheres são mais religiosas que os homens (5% de mulheres "sem religiões" contra 8,5 de homens "sem religiões"), os homens são mais católicos que as mulheres (75,3% e 71, 3% respectivamente). As mulheres trocam mais facilmente de religião. A periferia do Rio de Janeiro é a menos católica das nove regiões metropolitanas com 23,68 % de "sem religião" e com 40 % de católicos.

Todos esses dados são limitados, sendo "saldos" em termos relativos. Por outro lado, deve–se tomar em consideração a resposta à pergunta "qual é minha religião?" Pois, não se pode negligenciar a multi-pertença religiosa. As pessoas frequentam Igrejas diferentes segundo as necessidades e (dês)gostos do momento. Além disso, nota-se o fenômeno de multievangélicos que não se sentem ligados a nenhuma igreja específica, como os católicos não praticantes. Há na esfera da religiosidade, um processo de desinstitucionalização em curso que se encaixa numa sociedade de indivíduos.

Novas mobilizações, velhos problemas.

Por que os brasileiros não reagem à corrupção de seus políticos? Questionou o jornalista espanhol Juan Arias em artigo publicado do prestigioso *El Pais*, dada apatia dos brasileiros frente a denúncias de corrupção. Imediatamente o artigo repercutiu na mídia brasileira gerando calorosos debates nas redes sociais, sobre as possíveis razões à dita letargia.

Sinteticamente, alguns colunistas saudaram o questionamento feito, identificando que esta se relacionava ao alinhamento político de movimentos sociais e sindicais, outrora ativos em casos similares, agora capturados por verbas e benefícios do Governo Federal, transformando-se em movimentos “chapa branca”.

De outra parte, viu-se a acusação de que as denúncias seriam parte de uma tentativa de desconstrução da imagem do ex-presidente Lula, acusando-o de ter continuado a manter práticas tradicionais na relação com o Congresso Nacional, e que as denúncias seriam uma tentativa de criar constrangimentos à Presidenta Dilma com sua base de apoio e para indispô-la com o ex-presidente de quem supostamente teria herdado uma estrutura montada por troca de favores e benefícios a grupos políticos.

As denúncias que sacudiram o ambiente político e levaram a saída de quatro ministros, longe de fazer parte de determinados grupos e partidos, se inserem numa longa e dolorosa tradição de apropriação do Estado para a reprodução do poder de grupos políticos e de enriquecimento privado e ilegítimo de pessoas e empresas.

Além disso, é parte constitutiva do sistema político brasileiro. Sistema esse que se manteve intacto durante os diversos governos pós-redemocratizacão, visto que os presidentes, incapazes de mudá-lo, adaptaram-se à sua lógica e nele montaram suas coalizões baseadas em grande medida na entrega de ministérios e empresas públicas em troca de adesão político congressual.

Cabe destacar, o financiamento privado das campanhas eleitorais, instrumento de cooptação utilizado por empresas e bancos, solícitos no apoio financeiro eleitoral, posteriormente cobram dos parlamentares e membros do poder executivo eleitos a “fatura”. Curiosamente, muitas vezes o financiador se confunde com o corruptor, que em raríssimos casos é punido. A corrupção no aparelho de Estado é condenada, mas sua equivalente no mundo privado, não.

Paradoxalmente, em tempo algum, o Estado brasileiro esteve dotado de instrumentos eficazes e autônomos para identificar, coibir e punir os responsáveis por esses atos, notadamente a partir da Constituição de 1988. Ademais, práticas antes vistas como inerentes ao exercício do poder, são cada vez mais questionadas pelos cidadãos.

O crescente questionamento desse modelo por parte da sociedade se expressou com força na mobilização que deu origem a Lei 135/2010 (Ficha Limpa) e mais recentemente nas mobilizações contra a corrupção realizada em 07 de Setembro. Embora a força convocatória da mobilização estivesse mais em Brasília, o chamamento para elas se deu por meio das redes sociais.

Em que pese a baixa adesão à mobilização, fora bem menor que a projetada pelos organizadores, é inegável o impacto causado e a simpatia gerada nos meios de comunicação, prontos a interpretarem como uma nova Ágora (praça principal na constituição da pólis grega).

A empolgação de setores da mídia com essa modalidade de ativismo, contudo, destoa do tratamento quase silencioso com outras mobilizações realizadas no período, como a Marcha das Margaridas, que congregou mais de 70.000 mulheres; a mobilização estudantil promovida pela UNE (União Nacional dos Estudantes) em Brasília e na cobertura à 17ª edição do Grito dos Excluídos.

Sem perder de vista o risco de as mobilizações contra a corrupção descambarem para um tipo novo de *Udenismo* (partido conservador existente entre 1945 e 1964 que se notabilizou pelo moralismo estéril contra a corrupção), inegavelmente existe um *déficit* republicano nas instituições, espaço que movimentos dessa natureza expressam sua justa e necessária indignação. O desafio que se apresenta a eles é de se juntar aos que pressionam o Congresso Nacional objetivando uma verdadeira Reforma Política que efetivamente resgate a dignidade da política.

A Comunicação Social no Brasil e a luta por um Marco regulatório

A Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação criada em abril deste ano e é constituída por deputados e por representantes de entidades da sociedade civil alertou em seu manifesto de criação que o direito à liberdade de expressão (previstos nos artigos 5º e 220º da Constituição Federal), enfrenta hoje dois tipos de obstáculos que justificam e reforçam a necessidade de uma Frente Parlamentar dessa natureza: o primeiro é o cerceamento do exercício dessa liberdade por meio de ações de órgãos do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário e de entes privados e o segundo obstáculo é a ausência de regulação e políticas públicas que promovam e garantam a liberdade de expressão e o direito à comunicação.

Esses obstáculos reforçam a urgência de se levar a sério a discussão sobre a democratização dos meios de comunicação em nosso país. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação, realizada no final de 2009, tratou desta temática e aprovou mais de 600 propostas, que apontam para a sonhada democratização da comunicação a partir, sobretudo, da definição de um novo marco regulatório, como prevê a Constituição Federal.

No final do Governo LULA, foi elaborado um projeto de marco regulatório, sob a coordenação do então ministro da Secretaria da Comunicação, Franklin Martins, mas até agora nada saiu do papel. O atual ministro das comunicações justificou que o novo governo está estudando o projeto, mas que o levará a votação. Dada a complexa rede de interesses poderosos que envolve o debate, acredita-se que só com mobilização da sociedade é que se conseguirá avançar.

No entanto, organizações de influência na sociedade, como a ABERT e a ANJ, se colocaram contra a Conferência e suas resoluções, sempre sob a argumentação de que elas apontam para a censura, cerceando, assim, a liberdade de expressão. O que está por trás de suas argumentações, no entanto, é a defesa da continuidade de um modelo de grande concentração de poder sobre o que se veicula na grande imprensa e do monopólio dos meios de comunicação.

É falacioso o discurso que denuncia interesses autoritários de pessoas, partidos ou organizações sociais que defendem a criação de conselhos de comunicação e o estabelecimento do controle social da mídia. Se em todas as demais áreas da esfera pública, a democratização, a transparência e o estado de direito são mais garantidos na medida em que a sociedade possui maiores mecanismos de controle, por que no que se refere aos meios de comunicação isso seria diferente?

3. Movimentos Sociais

Violência urbana e no campo e ausência do Estado

Um dos problemas que tem preocupado a sociedade é a violência urbana. Ela está ligada às relações sociais que foram construídas ao longo da formação da sociedade brasileira. É precipitado refletir a realidade de violência desconhecendo este dado histórico. Também cabe destacar o papel da mídia ao se referir às situações de violência urbana, visto que enfoca à exaustão alguns fatos e omite outros, contribuindo para que se tenha uma leitura parcial da realidade de violência. Neste sentido há de se ter cuidado ao pronunciar o discurso da segurança pública. Pergunta-se: segurança para quem?

No entanto, esta é uma realidade das grandes cidades e faz vítimas de forma geral as populações jovens, especialmente as do sexo masculino. No caso dos homicídios, diminuiu o numero de homicídios entre os jovens brancos e aumentou entre os jovens negros.

São causas diversas e complexas: a desigualdade social no Brasil (é um dos países com maior concentração de renda); a violência contra grupos específicos de brasileiros: homossexuais, nordestinos, negros, motivada pela intolerância; as violências oriundas de brigas de torcidas de futebol; a violência policial contra as populações empobrecidas em casos de ações reivindicatórias por direitos; a violência do trânsito, que tem gerado muitas mortes.

Os recentes casos noticiados no Rio de Janeiro têm conexão com as instalações das UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) e divulgadas nos últimos meses. As ocupações se efetivaram em um número pequeno de comunidades e aconteceram apenas com a presença da força policial. Os

outros serviços ainda não foram levados até o morro, perpetuando uma trajetória de décadas de ausência do Estado nestas localidades, o que permitiu o desenvolvimento das organizações de traficantes e das milícias.

As populações se ressentem desta ação limitada do Estado reduzida à presença do aparato policial. Outro agravante neste caso é a corrupção de agentes das polícias, o que inibe as denúncias e a capacidade de enfrentamento do tráfico de drogas e das milícias. Os baixos salários e as condições de trabalho tornam as polícias vulneráveis às investidas dos traficantes e milicianos, a maioria destes últimos originários da própria polícia.

Nos últimos meses vimos com frequência, tanto na mídia tradicional como nas redes sociais, notícias e denúncias com respeito a conflitos no campo, envolvendo assassinatos e ameaças de morte a lideranças camponesas, quilombolas e indígenas.

Embora a maior parte destas notícias diga respeito à Região Amazônica, os conflitos e ameaças ocorrem em todo o país. A maior parte dos quilombolas ameaçados se encontra no estado do Maranhão, em terras públicas pertencentes àquele estado, que já possui um longo histórico de assassinatos de lideranças camponesas e quilombolas. A que se deve este aumento significativo de denúncias, em curto espaço de tempo?

Da análise de cada um dos locais de conflito onde emergem os assassinatos e ameaças de morte, é fácil perceber um elemento comum: o interesse pela extração predatória e descontrolada da madeira. Desde o assassinato do casal de ambientalistas José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, no Pará, e do líder camponês Adelino Ramos, em Rondônia, no final do primeiro semestre deste ano, percebemos uma escalada sem fim de ameaças a lideranças do campo, cujos agressores são grileiros e donos de madeireiras, carvoarias, invasores de terras indígenas, quilombolas e dos projetos de desenvolvimento sustentável.

Além da prática de ameaçar e assassinar com a utilização de pistoleiros, aqueles que cobiçam a madeira existente em áreas preservadas pelos povos indígenas e tradicionais hoje, utilizam a estratégia de tentar cooptar membros destas próprias comunidades, com o argumento de que as lideranças que lutam contra o desmatamento predatório as “impedem de ganhar dinheiro”.

Outra característica de todos os locais onde surgem os conflitos e ameaças de morte é a completa ausência ou extrema debilidade da presença do Estado e das políticas públicas. O Governo Federal realizou a operação “Em Defesa da Vida”, reunindo um conjunto de ministérios presentes nestas regiões, num esforço para a redução dos assassinatos no campo.

Todavia, apenas ações estruturantes na direção da Reforma Agrária, do fortalecimento dos projetos de desenvolvimento sustentável, da demarcação das terras indígenas e do reconhecimento e proteção dos territórios quilombolas e das populações tradicionais poderão por fim à atual escalada de ameaças de morte no campo brasileiro.

Copa no Brasil em 2014: para quem?

A FIFA tem imposto suas exigências e definido regras para realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014. A definição das doze cidades-sede foi realizada sem participação democrática. Houve pressão sobre a CBF para que os orçamentos fossem sigilosos. Uma medida provisória foi aprovada na madrugada pelo Congresso Nacional. A medida faria parte da flexibilização das licitações de obras. Para o governo, o objetivo era de evitar combinações de preços entre empresas. A OAB, com o apoio de numerosos setores da sociedade civil e política criticou a proposta. A FIFA recuou do intento.

A construção e as transformações dos 12 estádios, as obras de urbanismo e transporte têm orçamentos elevados. O perigo é que muitas obras superficiais sejam “só para inglês ver”. A mídia fica silenciosa. Famílias, favelas e bairros são removidos. “A organização de Copas e Olimpíadas causou a expulsão de milhares de pessoas de suas casas”. A conclusão é da ONU. Mendigos e populações em situação de rua são retirados dos centros das cidades. Os exemplos foram inúmeros.

Quem paga? Em 31 de maio, quando foram escolhidas as 12 cidades-sede, o orçamento previsto era de 2,8 bilhões de reais. Três meses depois a CBF agora anuncia gastos acima de R$ 10 bilhões. Ou seja, um aumento de 300%? Outros aumentos são prováveis.

A Copa de 2014 poderá ser a mais cara da história das copas. Para as empreiteiras essa copa é uma benção. Podem ganhar muito dinheiro em pouco tempo e de maneira concentrada, tendo acesso fácil aos créditos públicos muito vantajosos. A principal arrendatária é a publicidade paga pelos consumidores. O BNDES abriu linhas de crédito em condições muito vantajosas para as empresas envolvidas na realização da copa. O Estado (federal, estadual e municipal) também investe, estabelecendo contratos com o setor particular. Enfim os espectadores trazem uma entrada real.

Os desafios são numerosos: como estabelecer controle social sobre os investimentos públicos que serão realizados? O que acontecerá, depois da Copa, com os trabalhadores atualmente ocupados na realização da copa? Qual será a destinação e o uso para o bem público das enormes edificações que estão sendo construídas?

Plano Brasil Sem Miséria

A população brasileira considerada miserável ou vivendo em extrema pobreza é composta por 16,2 milhões de pessoas, ou 8,5% do total de brasileiras e brasileiros. O Governo Federal lançou, no final do primeiro semestre do ano, o Plano “Brasil Sem Miséria” com o objetivo de “promover a inclusão social e produtiva” desta população.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Plano articula e mobiliza órgãos de todo o Governo Federal, dos estados e municípios em torno de ações voltadas para a população urbana e rural que vive com uma renda familiar inferior a R$ 70 reais por pessoa.

Os dados inconclusos do Censo 2010 já permitiram traçar um perfil da extrema pobreza no Brasil: está concentrada na região Nordeste; afeta uma em cada quatro pessoas que vivem no meio rural e é constituída principalmente por crianças e jovens de até 19 anos, que representam 51% das pessoas em situação de extrema pobreza.

O Plano Brasil Sem Miséria tem uma natureza fundamentalmente estatal e federativa, articulando instituições federais, estaduais e municipais para a sua realização, nos três eixos em que é composto: Garantia de Renda; Inclusão Produtiva e Acesso a Serviços Públicos.

Embora o Plano Brasil Sem Miséria possua esta característica estatal, que centra a responsabilidade pela sua execução nos três níveis da Federação, é importante lembrar que o seu sucesso também depende da cooperação e apoio da sociedade civil, das Igrejas, entidades, associações, cooperativas e movimentos sociais, pois estes possuem uma capilaridade extensiva a todo o território nacional e, além disso, possuem um longo histórico, contato cotidiano e conhecimento acumulado no que tange à realidade da extrema pobreza em nosso país.

Antes do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Governo Federal o apresentou para um conjunto significativo de entidades da sociedade civil, para colher críticas e sugestões.

Trata-se, agora, de se construir um método de diálogo permanente, através do qual a sociedade brasileira sinta-se convocada para participar ativamente deste Plano, no sentido de identificar os que vivem em extrema pobreza; encaminhá-los para as instituições responsáveis pelo Plano; fiscalizar a sua implementação e colaborar com sua avaliação e eventuais correções de rumo.

Sem a participação ativa de toda a sociedade brasileira torna-se difícil para um Estado, com características e mecanismos tão excludentes como o Brasil, levar a cabo com sucesso um desafio secular como é o de se erradicar a miséria no país.

4. Notícias do Congresso Nacional

Código Florestal: Senado quer modificar proposta para incluir incentivos à preservação

O projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11) pode ser modificado no Senado. No momento, o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tendo como relator o senador Luis Henrique, que também será relator das Comissões de Agricultura e Ciência e Tecnologia. O senador Luis Henrique tem apresentado propostas que mudam bastante o texto original da Câmara; seu relatório deve ser votado ainda nesta semana no CCJ. As outras Comissões (Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT) têm feito audiências públicas. Na semana passada, estas audiências públicas propuseram incluir incentivos econômicos à manutenção e recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APP) e de reserva legal. A adoção desses mecanismos recebeu o apoio unânime dos senadores que participaram, no dia 15 de setembro, de audiência pública sobre o assunto nas Comissões de Meio Ambiente (CMA), Agricultura (CRA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

A ideia é incluir no código diferentes maneiras de remunerar produtores que mantêm de pé as parcelas de suas propriedades protegidas por lei. A estratégia discutida vai desde programas de pagamentos por serviços ambientais até incentivos fiscais e creditícios, como redução de juros em financiamentos e isenção de tributos. Especialistas convidados para a audiência defenderam que a inclusão de incentivos à preservação das florestas fará do código um arcabouço legal voltado ao futuro sustentável do país.

Entre as fontes de financiamento está a sugestão de que 1% dos recursos arrecadados nas contas de água seja destinado a financiar a manutenção de vegetação nativa ao longo dos rios e a utilização de recursos oriundos da exploração do petróleo da camada pré-sal na proteção das florestas. Relator do projeto na Comissão de Meio Ambiente, o senador Jorge Viana disse considerar que o Senado caminha para um entendimento de que há um custo para recuperação do passivo ambiental e que o Código Florestal deve contemplar instrumentos para viabilizar a recomposição das áreas. O projeto pode ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado na reunião do dia 21 de setembro.

Reforma Política: Câmara propõe calendário de votação

O relator da Reforma Política na Comissão especial da Câmara, deputado Henrique Fontana já entregou ao Presidente da Câmara, deputado Marco Maia, o anteprojeto elaborado a partir dos debates acontecidos. No encontro, o presidente se comprometeu a colocar a proposta na pauta e sugeriu um calendário para a votação da matéria na Casa. O Presidente quer a votação da proposta na Comissão especial até o fim de setembro, para que a mesma seja apreciada em outubro na Comissão de Constituição e Justiça, para votação no Plenário ainda em novembro. Analistas, entretanto, preveem que ainda será preciso muita negociação para garantir a aprovação da principal proposta da Reforma Política - o financiamento público de campanha. A grande distância entre os pontos de vista dos partidos ainda vai demandar muita discussão. De concreto, só há uma definição: as mudanças no processo eleitoral não valerão para as eleições de 2012, apenas a partir de 2014.

Corrupção: Projeto que torna corrupção crime hediondo está na CCJ do Senado

Corrupção passiva e corrupção ativa podem passar a ser crimes hediondos. Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado um projeto com esse objetivo, do senador Pedro Taques. Esse projeto de lei do Senado enquadra esses delitos na Lei 8.072/90 (conhecida como lei dos crimes hediondos) e aumenta a pena prevista para esses casos no Código Penal. Também entra como crime hediondo a pena por concussão (exigir, extorquir vantagem indevida para si ou para outra pessoa, direta ou indiretamente, em razão de função pública assumida), hoje de dois a oito anos de reclusão, mais a multa; passa a ser de quatro a oito anos reclusão, e a multa.

A pena por corrupção passiva (solicitar ou receber vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, em razão de função pública), que hoje é de dois a doze anos de reclusão mais a multa,

aumenta para quatro a 12 anos de reclusão, e a multa. Já a pena por corrupção ativa (oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para levá-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício) passa a ser de reclusão, de quatro a 12 anos, e a multa. Hoje a reclusão é de um a oito anos. A decisão da CCJ sobre o projeto será terminativa, ou seja, a matéria, se aprovada, deve seguir para a Câmara sem necessidade de votação em Plenário.

O problema é que o Congresso Nacional protela a aprovação de projetos semelhantes, mesmo com pressão da sociedade. Das 102 propostas engavetadas no Congresso relacionadas ao tema, 21 estão prontas para ir a plenário, algumas estão paradas há mais de 15 anos. Há ainda outros 17 projetos que foram arquivados, segundo levantamento feito pela Frente Parlamentar Mista de Combate à Corrupção. Entre os projetos engavetados estão o que cria varas especializadas para julgar ações de improbidade administrativa, o que tipifica o crime de enriquecimento ilícito de funcionário público... O levantamento foi entregue no mês passado ao presidente da Câmara, Marco Maia, e também será levado ao presidente do Senado, José Sarney.

Comunicação: Deputada pede reativação do Conselho de Comunicação Social do Congresso

A Presidente da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação com Participação Popular, a deputada federal Luiza Erundina, em audiência no Senado, voltou a pedir a reativação do Conselho de Comunicação Social. O conselho é uma das conquistas da Constituição de 1988 e é o único espaço onde a sociedade civil já se manifestou sobre questões como o mercado de TV por assinatura e o sistema digital de comunicação, entre outros temas. A nomeação dos integrantes do Conselho de Comunicação Social – 13 titulares e 13 suplentes – deve ser feita pelo Senado, mas isso não acontece desde 2007, quando acabou o mandato dos representantes à época e o órgão deixou de funcionar.

Erundina lembrou que já houve audiências públicas na Câmara dos Deputados para discutir a situação do conselho, mas ressaltou que o Senado não participou delas, mesmo quando convidado. Apesar de defender a importância do órgão, Erundina reconheceu que o conselho "é limitado devido ao seu caráter apenas consultivo, e não deliberativo". A deputada também avaliou que a composição do conselho está desatualizada e precisa ser reformulada, "pois vários meios de comunicação, como os relacionados à internet, foram incorporados e precisam estar representados".

Enquanto isso, o PT, através do seu Congresso, já anunciou que pretende fazer uma campanha para pressionar o Congresso Nacional a aprovar uma proposta de regulamentação da mídia. A ideia do partido, segundo seus dirigentes, é pressionar o Congresso Nacional a aprovar um marco regulatório das comunicações, que democratize as informações no País.

Financiamento da saúde: Câmara poderá votar Emenda 29

O destaque da Câmara nesta semana que passou foi o projeto da regulamentação da Emenda 29 da saúde (PLP 306/08). Um acordo proposto pelo presidente da Câmara, deputado Marco Maia (aceito pelos líderes partidários) liberou a pauta e abriu caminho para a votação da matéria, marcada para o dia 21 de setembro. Antes, no dia 20, acontece no plenário uma comissão geral sobre o tema, às 16h. A Emenda 29 é uma regra transitória que fixa os percentuais mínimos de recursos que a União, estados e municípios devem investir em saúde. A sua regulamentação definitiva depende de uma lei complementar.

A Emenda 29 estabelece que a União deve investir na saúde, no mínimo, o orçamento do ano anterior mais a variação do PIB nominal (inflação mais o crescimento da economia). O governo federal já cumpre, mais ou menos, a regra. Pela regra os estados devem destinar 12% e os municípios 15% de suas receitas orçamentárias à saúde. O texto prevê um período de transição, entre três e quatro anos, para os estados que não estão cumprindo a regra se adequarem às exigências constitucionais.

Combate à pobreza: Governo apresenta Plano de Segurança Alimentar

A Ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e o presidente do CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar), Renato Maluf apresentaram, no dia 14 de setembro, um plano de

segurança alimentar e nutricional, tido pelo governo como “ferramenta poderosa para alcançar a meta de superar a extrema pobreza no País”. O plano pretende organizar as ações do governo no setor e estimula a integração de governos e sociedade civil no monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional no País. O documento foi aprovado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, composta por 19 ministérios, com consulta ao CONSEA. Além disso, o plano será revisado a cada dois anos.

Direitos Humanos: Comissão da Verdade ainda enfrenta má-vontade

Prestes a ser votado na Câmara Federal, depois de idas e vindas no teor do texto, o projeto de lei para criar a Comissão da Verdade ainda convive com divergências e dúvidas sobre sua efetividade. Apresentado pelo governo Lula, o organismo foi pensado originalmente para apurar denúncias de violações dos direitos humanos durante a ditadura militar, mas teve seu prazo alterado para o período de 1946 a 1988. Entidades de defesa de direitos humanos consideram que há falta de vontade política na efetivação de uma comissão capaz de investigar com rigor abusos cometidos por agentes da repressão no respectivo período. Defendida por ativistas de direitos humanos e parentes de vítimas da repressão, a Comissão de Verdade é vista como etapa necessária para resgatar a verdade histórica do período, com a responsabilização dos agentes que praticaram crimes, considerados de lesa-humanidade ou hediondos, o que os tornariam imprescritíveis.

Contribuíram para esta análise:
Pe. Antonio Abreu SJ, Pe. Bernard Lestiene SJ, Pe. Thierry Linard SJ (Ibrades),
Pe. Ari, Daniel Seidel, Pe. Geraldo Martins, Gilberto Sousa, Pe. José Ernanne Pinheiro, Pe. Nelito Dornelas, Paulo Maldos e Pedro Gontijo

Prof. Msc **Daniel Seidel**
Universidade Católica de Brasília e CBJP/CNBB